

*Pesquisa Social e Decisões Políticas: o Mercado do Conhecimento**

José Joaquín Brunner Ríed

Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO/Chile)

Adianto-me em dizer que minha exposição tem menos o caráter, sempre um pouco solene, de uma "conferência inaugural", do que a natureza de uma reflexão entre amigos e colegas. Assim, o tema anunciado — "Investigação Educacional e Tomada de Decisões" — presta-se muito facilmente a uma certa retórica tradicional de lamentos, quando, na verdade, o que precisamos fazer é explorar as mudanças que estão ocorrendo ao nosso redor, em termos de binômio investigação social e decisões.

Tratando-se, como se trata aqui, de uma tentativa de reflexão, tomarei a liberdade de abordar vários temas que, apesar de seu aparente deslocamento, me parecem estar intimamente ligados. Primeiro, esboçarei a relação entre os conhecimentos e sua utilização prática, considerada a partir do ponto de vista da imagem social dos intelectuais. Imediatamente, abordarei a questão da utilização de conhecimentos, vista através de dois modelos de conceber sua incorporação aos processos de decisão. Em seguida, formularei algumas considerações, a partir de estudos e de minha experiência, sobre a participação dos pesquisadores educacionais

* Trabalho apresentado no Seminário "La Investigación Educacional Latinoamericana", Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Punta del Tralca. 4-6 de junho de 1993. Publicado originalmente em: FLACSO, *Documentos ;Je Trabajo*, série Educación y Cultura, Santiago do Chile, s.d. Agradecemos ao autor a gentileza por autorizar a tradução e a publicação do artigo.

nos processos de formulação e de decisão de políticas. Por fim, desenvolverei alguns argumentos destinados a explorar o que me parece ser o novo contexto no qual se desenvolvem as práticas de conhecimento que a nós interessam.

Inicialmente, darei um brevíssimo olhar sobre a figura do intelectual, de cuja imagem pública nós, pesquisadores sociais, somos algo como os herdeiros empobrecidos. Num livro recente sobre a modernidade, Leszek Kolakowski (1990, p.63) escreveu esta frase lapidar:

Na alma dos intelectuais dá-se uma luta sem fim. Estão divididos entre o sentimento de sua superioridade, sua missão especial, e a secreta inveja que têm dos homens cujo trabalho possui efeitos visíveis e verificáveis.

Em nenhuma parte essa divisão é mais visível que no ponto onde se entrecruzam a política e a vida intelectual; o poder de mando — com seus gabinetes, classes e símbolos de prestígio — e o poder de criar — através de investigação, da reflexão e da comunicação — conhecimentos e meios simbólicos de ação.

Dessa contraposição surgem duas imagens completamente distintas do intelectual. Por um lado, estão aquelas que representam o intelectual como um ressentido. Um personagem usualmente investido de uma percepção altruísta de si mesmo, que indica aos demais como conduzir os problemas públicos, mas cujas credenciais são, no fundo, duvidosas, e que freqüentemente vive exasperado com a escassa valorização — material e simbólica — de sua atividade. Paul Johnson (1988) não fez mais que popularizar esta visão, cujos antecedentes se encontram em toda corrente que segue o desenvolvimento da cultura capitalista.

No lado oposto, encontramos as imagens afirmativas do intelectual. Em geral, representam-no como o articulador de uma função necessária na moderna divisão do trabalho.

São vistos, então, como construtores de consensos, portadores de inovações ou de novas soluções, identificadores de problemas, mediado-

res simbólicos ou como os que trazem a crítica de que toda sociedade precisa para não se anquilosar

Não é difícil identificar ambas as visões como posturas, respectivamente, "conservadoras" e "progressistas" da história, o que, em nenhuma parte, é mais claro que nessa zona onde se entrecruzam a política e o exercício das palavras que moldam as concepções de mundo. Para uma sensibilidade conservadora, com efeito, o intelectual que transita pelo campo das decisões políticas usualmente revela uma completa inabilidade para com os assuntos práticos, e facilmente se converte num sofista e retórico. Sua presença estorva. Quando pretende se transformar em guia e governante, seus sonhos pessoais freqüentemente acabam em pesadelo para os outros.

Em compensação, uma sensibilidade progressista habitualmente valorizará a participação dos intelectuais no campo político. Para isso, pede seu compromisso e, se pode, o instrumentaliza. Exalta o papel articulador e racionalizador de interesses dispersos desempenhado pelo intelectual, sua capacidade de expressar demandas sociais e de trazer sua ciência aos processos de tomada de decisões.

Deixemos até aqui este esboço.

Assim, desejo revisar agora essa disjunção de visões — e essa divisão do intelectual — em um terreno mais demarcado e complexo: o dos pesquisadores sociais. Aqui também coexistem duas matrizes básicas — ou paradigmas — que buscam entender, e prescrevem como operar, a relação entre conhecimentos e processos de decisão pública (Lindblom, 1990).

De um lado, remeto às posições que fazendo um verdadeiro ato de fé nas ciências desembocam numa atitude favorável à engenharia política e social. De outro, àquelas que se aproximam do que, na falta de melhor termo, se pode chamar de um conceito de autocontrole da sociedade, o qual supõe uma concepção diversificada do conhecimento, uma valorização das práticas locais que levam à adoção de decisões, e que conduz, ao mesmo tempo, a uma atitude cética diante das pretensões da engenharia política e social.

Do lado do modelo iluminista ou da engenharia, as ciências, incluídas as ciências sociais, desempenham um papel central, proporcionando as bases para o desenvolvimento material das sociedades e os instrumentos para melhorar a vida social, organizar a condução dos assuntos públicos e resolver os problemas de controle simbólico da população. A ênfase aqui é colocada na necessidade de racionalizar os processos de decisão e coordenação, mediante a incorporação de componentes de informação e conhecimentos produzidos pela investigação social. Assim, este modelo favorece a política — e as políticas —, enquanto meio para coordenar sistemas complexos. Somente por essa via poderiam elevar-se os níveis de racionalidade estratégico-instrumental do conjunto, resolver-se eficientemente os problemas de mau funcionamento que possam surgir, e alargar-se o horizonte desses sistemas. Conseqüentemente, este modelo valoriza também o papel desempenhado pelos órgãos decisores e de executores do Estado, sejam ministérios, agências públicas ou organizações representativas do corpo político.

Por outro lado, o segundo modelo, o que defende o autocontrole, confia em processos de decisão e coordenação nascidos de contextos interativos, dos quais participam agentes diversos, dotados de informação parcial e conhecimentos locais. Aqui, os resultados da investigação social são chamados a desempenhar uma função limitada, ao lado de diversos tipos de conhecimento. O que se busca não é a racionalização dos processos produtivos, mas permitir que os agentes participantes estejam em condições de indagar por sua própria conta, num processo aberto que leve a muitos ajustes e acordos e à produção de mudanças não previstas, nem sequer, muitas vezes, buscadas. Assim, este modelo favorece a geração de contextos relativamente autônomos de interação, como meio para coordenar sistemas complexos. Dessa maneira, espera-se elevar os níveis de produtividade e de adaptação dos sistemas, solucionar problemas à maneira do *muddling through* — ou seja, através de processos "complicados" ou "com obstáculos" —, e apresentar uma solução negociada a

esses sistemas. Conseqüentemente, este modelo valoriza a capacidade de auto-aprendizagem dos agentes e organizações, e trabalha com a hipótese de soluções parciais e incompletas, de tentativa e erro, concebendo a política — e as políticas — como uma esfera de menor gravitação.

Olhadas as coisas de um ponto de vista microssociológico, a relação entre investigação social e tomada de decisões proposta pelo primeiro modelo, descreve uma trajetória convergente. Assim, em algum ponto dessa trajetória, espera-se que os conhecimentos cheguem a fundamentar decisões ou, pelo menos, a iluminá-las, informá-las ou respaldá-las. Isto pode ocorrer de várias maneiras. A mais comum é aquela representada pela escola do *problem-solving*, que constitui uma espécie de versão refinada e apoiada pela engenharia social. Segundo esta visão, seria possível a aplicação direta dos resultados de uma investigação específica a uma decisão pendente. A expectativa é de que a investigação proporcione evidência empírica e conclusões que sirvam para resolver um problema. O tipo de conhecimentos utilizáveis nos processos de decisão é variado, compreendendo aspectos qualitativos e de processo, descrições quantitativas, construção de indicadores, relações estatísticas, ou mais gerais, entre fatores etc. (Lindblom, Cohen, 1979). Em qualquer dos casos, postula-se que evidências empiricamente fundamentadas podem preencher um vazio de informações ou conhecimentos, esclarecer uma situação presente e reduzir, conseqüentemente, a incerteza que cerca uma decisão. A pesquisa requerida pode preexistir ao problema e ser selecionada com base nessa necessidade, ou pode ser diretamente financiada durante o transcurso do processo de decisão — caso este, em que se supõe que o conhecimento produzido poderia ser utilizado mais facilmente, com maior impacto e direcionamento.

Segundo os estudos disponíveis, as expectativas criadas por essa visão ultrapassam em muito sua efetividade empiricamente constatada. Apenas ocasionalmente certas investigações parecem ter incidência direta sobre decisões pendentes; habitualmente, no caso de decisões em nível mais baixo,

sobre problemas claramente delimitados. Desta forma, para que ocorra essa aplicação direta de conhecimentos a decisões pendentes, necessita-se de um conjunto extraordinário e concatenado de circunstâncias que dificilmente convergem na prática. Segundo assinala um estudo, seria necessária "uma situação de decisão bem definida; um conjunto de atores de políticas que tenham responsabilidade e jurisdição para tomar a decisão; um problema ou assunto cuja resolução dependa, em certa medida, pelo menos, de maior informação; identificação da necessidade de informação; investigação que forneça essa informação, em termos que se ajustem às circunstâncias dentro das quais a decisão será tomada; resultados de investigação claros, não ambíguos, solidamente fundamentados e poderosos, que cheguem oportunamente aos decisores que trabalham com o problema em questão, que sejam compreensíveis e compreendidos, e que não entrem em conflito com interesses políticos fortes" (Weis, 1979, p.34).

Com relação ao segundo modelo, em vez de se supor uma trajetória de convergência entre investigação e tomada de decisões, parte-se da suposição de que a ação social gera uma grande variedade de "arenas de decisão", da qual participam múltiplos atores, todos dotados de conhecimento local, informação parcial e um capital acumulado de práticas. Ao colocar estes em jogo, alternadamente, buscam chegar à "solução" do problema, que pode consistir nada mais que em seu deslocamento, transformação ou simplesmente em "passar" através dele, conforme os atores as forem ajustando (*mudding through*). O conhecimento produzido pela pesquisa também se incorpora a essas "arenas de decisão", competindo ou imbricando-se com o conhecimento local fornecido pelos agentes participantes. Portanto, não estamos aqui diante de uma trajetória de convergência, mas de uma série de processos que abarcam um conjunto relativamente desordenado de interações e de "idas e vindas" da informação e dos conhecimentos, os quais, eventualmente, podem contribuir, ou não, para uma tomada de decisão. Noutras palavras, a utilização dos resultados da investigação social — quando se produz — ocorre em "arenas"

que se encontram saturadas de conhecimento, o qual se move impelido pelas diversas estratégias colocadas em ação pelos agentes.

Em suma, do ponto de vista deste segundo modelo, os agentes — incluindo os funcionários com poder de decisão — produzem interativamente certas regras mais ou menos instáveis, para o que utilizam informação e conhecimento filtrados por considerações instrumentais ou estratégicas; além disso, operam sempre em contextos nos quais a comunicação está sistematicamente distorcida pela assimetria na distribuição de recursos de influência e controle. E sob essas condições, portanto, que os conhecimentos produzidos pela pesquisa social poderiam chegar a incidir, limitadamente, nos processos de tomada de decisões e de "solução" de problemas.

Gostaria, agora, de mudar de registro e explorar algumas implicações do que foi dito, usando como ilustração a investigação educacional e trazendo à colação minha própria experiência, como participante ocasional nessa zona onde se entrecruzam o campo acadêmico e certas "arenas de decisão".

Limitar-me-ei a fazer três observações.

Algo mais sobre a "consciência dividida" e suas expressões

A afirmação até aqui implícita — de que não existe a pretendida convergência entre investigação social e processos de decisão — parece opor-se à percepção que os próprios pesquisadores têm de seu trabalho e da utilização dos resultados de sua investigação.

Em um estudo recente de Guillermo Briones (1990), sobre o Chile, e que cobre o período de 1980 a 1989, a maioria dos pesquisadores educacionais entrevistados — 90%, com mais precisão — respondeu positivamente à pergunta sobre se "alguns resultados de suas investigações tiveram alguma forma de utilização, qualquer que tenha sido seu modo ou nível". Ao mesmo tempo, contudo, 80% deles estimam que no

Chile, em geral, o nível de utilização dos resultados da pesquisa educacional é "baixo", enquanto os demais sustentam que é apenas "regular". Esta dissonância perceptível talvez se deva ao fato de que, habitualmente, somos mais realistas — inclusive nós, pesquisadores — na hora de analisar fenômenos alheios do que quando somos chamados a dar conta das expectativas que fazemos sobre a relevância de nosso próprio trabalho.

Segundo os investigadores pesquisados, o principal usuário dos resultados seria o Ministério da Educação, ainda que somente 15% declarem que suas investigações tenham sido destinadas às autoridades do sistema escolar. Ao mesmo tempo, mais de 90% dos entrevistados consideraram que "muitas das pessoas que tomam decisões educacionais não levam em conta os resultados da pesquisa, quando estes são incompatíveis com suas crenças ou posições políticas"; 87% estimaram que as decisões educacionais se baseiam mais em conveniências políticas do que nos fundamentos que a pesquisa educacional possa proporcionar, e dois terços se pronunciaram afirmando que "a maioria dos investigadores desconhece quais as necessidades de informação de que precisam as autoridades educacionais, para a formulação de políticas e tomada de decisões".

Baseado numa reduzida amostra de decisores no âmbito do Ministério da Educação, o referido estudo conclui que o uso efetivo dos resultados de investigação, nesse âmbito, é extremamente modesto. Os decisores justificam esse baixo nível de utilização com argumentos conhecidos:

- devido aos resultados não estarem disponíveis na hora de utilizá-los;
- devido à sobrecarga de ações administrativas de curto prazo e à falta de equipes estáveis de assessoria, que processem a informação;
- devido às constantes mudanças na pesquisa, em sua tendência de se auto-alimentar de investigações similares;
- devido à ausência de investigações pertinentes;
- devido à desconfiança que provocam as investigações cujas premissas se expressam como dogmas etc.

Em suma, após constatar que os decisores não tinham praticamente conhecimento de nenhuma das investigações publicadas durante o período de 1980 a 1989, Briones conclui que "não há utilização de conhecimentos gerados por essas investigações, na formulação de políticas e na tomada de decisões em nível superior". Diante de tal diagnóstico, na aparência desolador, cabem algumas atitudes.

Respostas diante da não-convergência entre pesquisa e políticas

Costuma-se dizer que a escassa ou nula utilização dos resultados da pesquisa, detectada por Briones, e confirmada por uma dezena de estudos semelhantes, poderia resolver-se mediante ajustes técnicos em um, dois ou nos três vértices do sistema triangular de utilização dos conhecimentos, isto é, mediante ajustes no modo de produção de conhecimentos, na sua difusão ou comunicação, ou no pólo de recepção ou utilização.

Por exemplo: algumas fundações e agências internacionais têm insistido — não sem êxito, dado que são importantes provedoras de recursos — que nas disciplinas sociais a investigação deveria se orientar mais claramente para as políticas públicas, ou seja, para uma investigação *policy oriented*. Noutras ocasiões, esses mesmos organismos, semelhantes aos governos, têm enfatizado a necessidade de se "enfocar" a investigação, direcionando-a para grupos-alvo, escolhidos dentre os setores mais necessitados da população. Além disso, os organismos financiadores tendem a incluir, entre os critérios para a escolha de projetos e a concessão de recursos, considerações sobre a "pertinência" ou sobre o "impacto" previsível da investigação, com o propósito de influir na produção de conhecimentos.

Não me deterei em analisar como cada um desses estímulos gera uma adaptação tática em nós, pesquisadores, forçados pelas circunstâncias a acompanhar um jogo que, muitas vezes, merece reparos de nossa parte, ou que, qualquer modo, nos provoca fundamentadas dúvidas. Quero

dizer somente que, no fundo, cada uma dessas medidas, destinadas a aumentar a "relevância" da investigação para as políticas, supõe o modelo da engenharia ou da convergência, e assenta-se na premissa implícita de que o conhecimento pode ser aplicado diretamente à solução de problemas, mediante um efetivo planejamento e orientação de sua produção.

Algo semelhante ocorre com as medidas propostas para melhorar a difusão ou disseminação dos resultados da investigação. Assim, costuma-se afirmar, como estabelecido num documento técnico de 1987, que "o problema radica no fato de que, existindo na América Latina abundante informação acumulada sobre educação, a mesma não é utilizada satisfatoriamente na tomada de decisões (Corbalan, 1987). Com base nesse diagnóstico, costuma-se sugerir ajustes técnicos que permitiriam ampliar o uso dos dispositivos de armazenamento, transmissão e comunicação de conhecimentos e informações produzidos pela investigação. Não é incomum que em resposta a isso assome uma nova onda de novas redes, seminários com participação de acadêmicos e formuladores de políticas, publicação de boletins e um sem-número de artifícios para facilitar o fluxo de conhecimentos, desde os produtores até os usuários.

Quanto a estes últimos, sustenta-se que existiria a necessidade de se aperfeiçoar os sistemas de recepção e utilização do conhecimento, para o que se tem tentado diversas fórmulas, como a formação de equipes de assessores no nível ministerial, a "tradução" dos resultados da investigação para o uso de altos decisores, diversas formas de subcontratação de estudos orientados pela demanda etc.

Por trás de todas as medidas enunciadas, permanece intacto o sonho, o anelo, de que mediante certos ajustes técnicos em nossos modos de produzir, fazer circular e usar conhecimentos, seria possível se obter uma trajetória relativamente simples e direta de convergência entre esses conhecimentos e a formulação de políticas, a "tomada de decisões" e a solução de problemas. Contudo, contra todos os bons desejos, parece subsistir a distância que separa os investigadores dos formuladores de

políticas, bem como o conhecimento gerado por aqueles não chega a ser utilizado por estes. Porém, existe realmente essa distância e o quanto separa?

Uma experiência da distância que aparentemente separa a produção e a utilização de conhecimentos

Há algum tempo, coube-me encabeçar uma comissão, à qual o governo solicitou um documento-base para definir uma política de desenvolvimento da educação superior durante os anos 90 e elaborar uma proposta de reforma da legislação que regula esse setor. Não pretendo aborrecê-los com uma crônica dessa experiência, se não extrair, objetivamente, algumas conclusões, que poderão ser aproveitadas para o tema em discussão.

Antes de mais nada, devo dizer que os resultados finais desse exercício, vistos quase três anos após sua ocorrência, são bem mais frustrantes. Digo bem: frustrantes; não frustrados, completamente. A legislação que se buscava mudar não foi modificada, porém existe um projeto de lei apresentado ao Parlamento. Quanto ao documento das políticas, representa uma abordagem — mais ou menos valiosa, segundo se queira avaliá-lo — e expressa algumas linhas de consenso nessa matéria.

Creio que na elaboração de ambas as propostas existiu uma utilização relativamente intensa de conhecimentos acumulados, os quais foram utilizados por constituírem "conhecimento tácito", pessoal, corporificado em cada um dos membros da comissão. Por outro lado, quando foram necessárias informações e conhecimentos específicos — como, por exemplo, estudos sobre legislação internacional comparada, no campo da educação superior, ou projeções de matrícula até o ano 2000, ou informações sobre o rendimento das universidades e o uso de seus recursos — freqüentemente tais matérias não existiam ou não estavam disponíveis. Em alguns casos, sua falta foi suprida mediante contri-

buições realizadas sob encomenda, ou recorrendo-se a redes informais de especialistas.

É interessante assim mesmo constatar que em várias ocasiões as necessidades mais prementes tinham a ver com a possibilidade de se contar com um tipo de conhecimento — ou de estudos — que não são frequentes em nossas ciências sociais. Refiro-me a estudos que são de ocorrência mais ou menos habitual em organismos como o Cepal, o Banco Mundial ou a OECD, e que resultaram da análise da atuação de sistemas ou da avaliação de políticas. Por exemplo: a análise comparada de diversas modalidades de financiamento e de dotação de recursos para as universidades, com uma avaliação detalhada de seus resultados em diversos países.

Uma vez terminado o trabalho, a proposta para reformar a legislação recebeu o tratamento habitual: entrou numa "arena de decisões" e ali seguiu, mais ou menos, a trajetória que antes descrevi em termos bem mais abstratos. Ou seja, ficou submetida ao processo do "dá-se um jeito" (*muddling through*) para se chegar a uma decisão; no caso, definir um projeto de lei, de acordo com a visão do Poder Executivo, para ser apresentado ao Parlamento. Intervém nesta etapa, pela natureza do assunto, diversas repartições do governo, em distintos momentos e níveis, e mais uma série de atores atraídos para essa "arena": reitores mais ou menos influentes de universidades públicas e suas associações, reitores de universidades privadas, associações acadêmicas, federações estudantis, sindicatos de trabalhadores universitários, representantes de partidos políticos, procuradores da Igreja Católica, altos chefes militares interessados no destino de suas escolas superiores etc.

A essa altura, o que existe é um contexto interativo, onde operam múltiplas racionalidades e onde as decisões a que se pretende chegar se encontram, em boa parte, indeterminadas, pois os processos que as conduzem são auto-impelidos pelo jogo dos agentes, cada qual com seus próprios interesses. Cada agente, por sua vez, está previamente munido

de conhecimento local e informação parcial, e atuando em um meio incerto apesar da pressão que os trâmites burocráticos impõem aos processos de decisão. O conhecimento fornecido pela investigação desempenha, agora, um papel cada vez mais fraco, à medida que é mais intenso o jogo decisório. No melhor dos casos, serve a propósitos táticos: legitimar uma decisão parcial, modificar uma argumentação, auxiliar numa mudança de posição, deter uma ação etc.

Com isto, passo à última parte, desta vez para dar uma olhada mais global sobre o contexto contemporâneo onde ocorrem os processos de utilização de conhecimentos e investigações.

De imediato, cabe observar que os conhecimentos têm duas faces, uma só das quais é destacada nas discussões sobre sua utilização e influência nas decisões. Deste modo, a face mais conhecida é a do conhecimento como representação, idéia ou bem simbólico; de outra parte, a outra face, a que habitualmente se encontra oculta, é a do conhecimento como disposições e habilidades que permitem ao seu possuidor ou ator um desempenho informado, uma prática específica. O conhecimento-representação busca, antes de tudo, se comunicar e obter o reconhecimento dos produtores de conhecimento, no interior de suas respectivas comunidades disciplinares. Por outro lado, o conhecimento-habilidade é colocado em prática e sua utilização é determinada por uma estrutura de oportunidades que está sempre mais próxima do pólo da produção. Em ambos os casos, o conhecimento é um material intangível, que adquire sentido interativamente, e que se "realiza", por assim dizer, somente mediante a interação. Deste ponto de vista, nunca deixa de ser utilizado.

Aqui, contudo, interessa-nos somente uma classe de conhecimento — aquele produzido mediante a investigação social — e apenas uma dimensão de sua utilização — aquela que tem lugar nas diversas "arenas" onde são decididos assuntos que são objeto de atenção e trabalho dos pesquisadores. Por sua vez, estes últimos estão vendo seu papel e sua identidade profissional mudarem rapidamente. Provenientes de uma tra-

dição que os tornava parentes da figura do intelectual, aproximaram-se, posteriormente, da tradição científica, inclusive da técnica, enquanto desenvolviam seus instrumentos de engenharia política e social. Somos confrontados agora com o fato de que o conhecimento do qual somos portadores está com sua procura em alta e diversifica-se rapidamente, ao mesmo tempo em que começa a ser instrumentalizado por uma variedade de agentes que dificilmente se enquadram no perfil tradicional de um pesquisador social.

Para examinar essas mudanças, trago à colação Robert Reich, professor da Kennedy School Government de Harvard e atual ministro do trabalho da administração Clinton. Segundo Reich, as intensas transformações experimentadas pelas sociedades em escala mundial, como consequência da globalização dos mercados e da revolução tecnológica em curso, estariam fazendo com que, desde já, e cada vez mais com maior nitidez no futuro, seja traçado o perfil de três grandes categorias ocupacionais: a de serviços rotineiros de produção, a de serviços pessoais e a de serviços analítico-simbólicos.

Aqui nos interessa somente a última categoria, que compreende o conjunto de atividades relativas à identificação, à solução e à avaliação de problemas mediante a manipulação de conhecimentos. Os que estão envolvidos em tais atividades ganham sua vida com a manipulação de símbolos: dados, palavras, representações orais e visuais, serviços estes quej como ocorre em diversos setores da economia, estão sujeitos ao efeito de uma rápida globalização de seus mercados. Segundo assinala Reich, nesta categoria ocupacional se inclui um heterogêneo grupo de pessoas que costumeiramente se intitulam de científicas; engenheiros de planejamento de *software*, de biotecnologia e de som; relações públicas, advogados (porém não todos, dependendo do trabalho que desempenham); investidores; empresários do setor imobiliário e, inclusive, economistas de renome. Também se inclui nesta categoria boa parte do trabalho realizado por consultores administrativos, financeiros e tributários; arquitetos; especia-

listas em administração, em desenvolvimento organizacional e em recursos humanos; planejadores estratégicos, "caçadores de talentos" e analistas de sistemas. Mais: publicitários, estrategistas de marketing, diretores de arte, cineastas, escritores e editores, jornalistas, músicos, produtores de televisão e cinema.

Três traços parecem caracterizar o tipo de trabalho desenvolvido pelos analistas simbólicos.

— identificam, solucionam e avaliam problemas mediante a manipulação de símbolos, utilizando instrumentos aperfeiçoados pela experiência;

— habitualmente o ingresso desses profissionais não está condicionado ao tempo que levam para produzir seus serviços, mas, sim, à qualidade, originalidade, oportunidade e inteligência dos mesmos e, ocasionalmente, à rapidez com que identificam, resolvem e avaliam problemas;

— suas carreiras profissionais não são lineares ou estanques, mas, sim, desenvolvidas ao longo de uma trajetória que depende, em grande parte, de sua capacidade de trabalho, prestígio acumulado, participação em redes ou inclusão em equipes etc.

Poder-se-ia sustentar que os profissionais a quem temos chamado tradicionalmente de pesquisadores sociais, incluídos os pesquisadores educacionais, fazem parte — pelo menos um setor deles — desta emergente categoria de analistas simbólicos. Seu antigo papel — a produção de conhecimentos a serem usados por terceiros — está mudando rapidamente. Assim, hoje são esperadas, e o mercado procura pessoas com disposição para produzir, transportar, usar e aplicar conhecimentos para a identificação, resolução e avaliação de problemas; em geral, pessoas com habilidades para manipular conhecimentos no cumprimento dessas funções, sozinhas ou mediante a colaboração de outros analistas, equipes ou redes que disponham desses conhecimentos.

Há duas outras maneiras possíveis de se representar essas mudanças: primeira, tudo acontece como se a distância entre a produção de conhecimentos — domínio reservado antigamente ao pesquisador — e

sua utilização estivesse se estreitando, até se fundir em muitos pontos; segunda, tudo ocorre como se o lado prático do conhecimento — vale dizer, sua parte utilizada nas habilidades e capacidades do indivíduo treinado para manipular conhecimentos — estivesse se destacando cada vez mais, em contraste com o tradicional predomínio da face idealista ou de conteúdo meramente representacional do conhecimento.

Os pesquisadores sociais, reclusos em seus domínios tradicionais de produção — trate-se de departamentos universitários ou de centros acadêmicos de pesquisa —, encontram-se cada vez mais em desvantagem em relação aos analistas simbólicos que desempenham funções similares em novos domínios, tais como certos *think tanks*, escritórios de consultoria privada, grupos de assessoria legislativa, agências de análise de diversos tipos, alguns organismos internacionais e, em geral, redes de analistas simbólicos cujos membros se conectam desembaraçadamente com a estrutura de oportunidades oferecidas pelo mercado em expansão de serviços de manipulação de conhecimentos.

Desse modo, o velho esquema triangular de produção, difusão e utilização dá lugar agora a um sistema que se assemelha cada vez mais a um contexto de mercado no qual se organizam os serviços desenvolvidos pelos analistas simbólicos. O referido mercado, se se pode usar esta expressão, valoriza mais o serviço final que o conhecimento ideal envolvido nas complexas e sutis atividades de identificação, solução e avaliação de problemas; supõe a utilização de conhecimentos na quantidade e qualidade necessárias, porém não valoriza diretamente o conhecimento como bem simbólico, mas, sim, a atividade que o manipula e que opera os efeitos práticos buscados.

Em suma, a pesquisa como tal — ou seja, como operação metódica destinada a descobrir conhecimentos e colocá-los em circulação, para que, estando em órbita, outros agentes utilizadores os empreguem e os apliquem às decisões que estão disponíveis — experimenta uma verdadeira mutação; passa, assim, a se integrar como um componente a mais,

dentro de uma noção de serviço que, sem embargo, a ultrapassa por todos os lados, sobretudo em direção ao que podemos chamar de "práticas de análise simbólica aplicada".

Alguns pesquisadores sociais percebem esse movimento como uma ameaça. Com razão, sua atividade tradicional começa a encontrar-dificuldades para ser financiada, e seus produtos — conhecimentos, documentos, em geral — parecem não ingressar em nenhum circuito efetivo de utilização, e muito menos nas "arenas de decisão" de assuntos relevantes. Por outro lado, sustenta-se que, sob a pressão dos reajustes experimentados pelo mercado de análise simbólica, o tempo requerido para se investigar séria e produtivamente se reduz, a ponto de a pesquisa começar a ser concebida como ação sob encomenda, de curto prazo, de escasso conteúdo teórico e conceptual, e sujeita a uma agenda de problemas que não seriam o mais significativos, do ponto de vista interno do campo de pesquisa. Como resultado disso, teme-se, ademais, que a pesquisa social possa perder um dos seus traços mais apreciados pelos próprios investigadores: seu caráter crítico.

A profunda reestruturação pela qual está passando a análise simbólica permite colocar em dúvida algumas dessas apreensões, formuladas sob a inspiração dos velhos parâmetros de organização do campo da investigação social.

Assim, se cabe abservar algo, o financiamento para este tipo de atividade, em vez de diminuir, tem aumentado, mas sob novas modalidades, as quais tornam obsoletas aquelas que no passado permitiram o desenvolvimento das universidades e dos centros acadêmicos de pesquisa social. Assim, por exemplo, a globalização do mercado dos analistas simbólicos redefine as velhas relações de cooperação internacional, substituindo as modalidades de financiamento benevolente ou solidário por modalidades condicionadas pela demanda. Por outro lado, a tradicional via de dotação automática de recursos públicos para a pesquisa social — que beneficiava quase exclusivamente as universidades — atinge um ponto de

relativo estancamento, enquanto ao seu redor se multiplicam as demandas públicas e privadas por serviços prestados pelos analistas sociais, em novos campos ligados ao desenvolvimento organizacional, à planificação estratégica, à análise de sistemas, à formação e à orientação de recursos humanos, ao *marketing* e à publicidade, à subcontratação de funções públicas, à avaliação de produtos e conhecimentos etc.

De modo semelhante, ao mesmo tempo em que parece se evidenciar uma quebra ou esgotamento do modelo tradicional de utilização do conhecimento produzido pela pesquisa social, surge paralela ou substitutivamente um novo contexto que demanda mais e mais conhecimentos, sob a forma de consultorias, assessorias e de um sem-número de serviços de pesquisa, solução e avaliação de problemas, em múltiplas "arenas de decisão". Por toda parte surgem novos papéis, no estilo dos chamados "criativos", que há pouco ultrapassaram o campo da publicidade. Mesmo assim, multiplicam-se as funções de análise dos sistemas sociais, de consultoria comunicativa, de desenvolvimento e avaliação de processos, de administração e execução de estudos estratégicos, de aplicação de conhecimentos organizacionais, os quais dão lugar a uma rica e densa atividade de geração e uso de conhecimentos.

Sob as novas condições, o tempo de amadurecimento das práticas "clássicas" (ou acadêmicas) de investigação tende, efetivamente, a desaparecer, enquanto aumenta a velocidade do tráfego do conhecimento e da informação, seja no momento de sua gestação e circulação, seja em sua incorporação a uma variedade de "arenas de decisão" e esferas de utilização. É como se a pesquisa social continuasse operando no ritmo ditado pela máquina a vapor, enquanto ao seu redor os conhecimentos e a informação se deslocam na velocidade dos sinais eletrônicos. Na realidade, nada indica que o volume da produção científica possa estar ameaçado. Pelo contrário. Segundo mostram as estatísticas, a publicação de revistas científicas vem se duplicando a cada quinze anos, desde o século XVII, tendo aumentado de 10 mil por volta do começo do presente século para

100 mil em 1990 (Rosovsky, 1990, p. 102). Mais impressionante é o que ocorreu no âmbito da informação. O custo real para armazenar, processar e transmitir uma unidade de informação vem caindo em uns 20% anualmente, durante os últimos quarenta anos (Banco Mundial, 1992). Logo, é previsível que o tempo da pesquisa social tenha que se adaptar às mutantes condições de produção e circulação de conhecimentos e informações. Muitas vezes, mais importante que gerar o que se costuma chamar de "novos conhecimentos" — que em nossos domínios, freqüentemente, não são como tais, mas variações sobre o conhecimento estabelecido — é ter a capacidade, no país, de aproveitar os conhecimentos disponíveis. Por outro lado, esse trabalho de "aproveitamento" acaba sendo tão complexo e apaixonante, e conduzindo a caminhos tão imprevisíveis que, em não poucas ocasiões, dá lugar a verdadeiros "descobrimientos" como, por exemplo, a "tradução" e a "aplicação" das teorias heideggerianas e de certas escolas lingüísticas ao domínio do planejamento organizacional.

Tampouco está claro, como temem alguns investigadores, que nos novos contextos de manipulação de conhecimentos se deva produzir, necessariamente, uma desvalorização — inclusive, morte — da teoria em favor de um tratamento meramente pragmático dos conhecimentos. Ocorre aqui algo semelhante ao que vem ocorrendo na ciências naturais. Como se sabe, nestas, a distinção entre investigadores e desenvolvimento é cada vez mais difícil de se perceber, e o tempo entre uma descoberta e sua aplicação tende a se reduzir vertiginosamente. O mesmo parece estar ocorrendo no campo da análise social. A dilacerante separação entre a produção de conhecimentos como representações ideais — pensada para gerar informação ou compreensão que vá além do conhecimento e da prática aceitos (Zimam, 1986, p. 148) — e sua colocação em ato, mediante a incorporação de idéias novas e de novas práticas nos processos sociais e políticos, tende a se enfraquecer e a se transformar em um *continuum*. Muitos trabalhos teoricamente sugestivos surgem de práticas que pouco têm a ver com a atividade tradicional de investigação acadêmica, e esta,-

cada vez que seus praticantes se vêm envolvidos em atividades que no mundo das ciências naturais seriam chamadas de desenvolvimento ou tecnológicas, tende, só por esse contato, a adquirir uma maior velocidade, produtividade e interesse.

E possível que a investigação social, vista como atividade de analistas simbólicos em um mercado de serviços, conserve o grau de capacidade crítica reivindicada por sua tradição como um de seus maiores trunfos. Na verdade, a questão essencial tem sido sempre como explicar **o mundo** social com vistas a sua transformação e não como obter satisfação ou tirar proveito do ato de sua negação esclarecida. Se esse é o objetivo, **não** vejo como se temer que uma atividade estreitamente comprometida com a transformação do mundo social mediante a manipulação de conhecimentos venha a perder suas arestas críticas. Mais que nunca, a crítica — e aqui reside a dificuldade e o desafio — é chamada agora a incorporar-se nas práticas próprias do analista simbólico, sem poder recorrer à saída que diz que os conhecimentos produzidos não são utilizados porque foram pensados a partir de uma orientação ou sob pressupostos paradigmáticos incompatíveis com os partilhados pelos decisores ou por estranhos, no mundo que se deseja transformar mediante a pesquisa.

Em suma, parece haver chegado o momento em que o conhecimento deixa de ser o domínio exclusivo dos intelectuais e de seus herdeiros mais especializados — pesquisadores e tecnocratas — para se converter em um meio comum através do qual as sociedades se organizam, mudam e se adaptam. Daqui para a frente, compete aos pesquisadores sociais nos ajustarmos a essa nova situação ou correremos o risco de nos convertermos numa comunidade marginal.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. World Bank policy research. *Bulletin [WorldBank]*, v.3,n,2, 1992.

- RIONES, Guillermo *Generación, disseminación y utilización del conocimiento en educación*. Santiago de Chile: FLACSO, 1990. 3v.
- CORBALAN, Ana Maria. *Estado acerca del uso de la información en la toma de decisiones en educación en América Latina*. Santiago de Chile: Bridges, 1987.
- JOHNSON, Paul. *Intellectuals* London: Weidenfeld and Nicholson, 1988.
- KOLAKOWSKI, Leszek *La modernidad siempre a prueba*. México: Vuelta, 1990.
- INDBLOM, Charles. *Inquiry and change*. New York: Yale University Press: Russell Sage Foundation, 1990.
- LINDBLOM, Charles, COHEN, David. *Usable knowledge*. New York: Yale University Press, 1979.
- REICH, Robert. *The work of nations*. New York: Vintage Books, 1992.
- ROSOVSKY, Henry. *The university, an owner's manual*. New York: W.W. Norton, 1990.
- WEISS, Carol. The many meanings of research utilization. *Public Administration Review*, v.39, n.5, 1979.
- ZIMAN, John. *Introducción al estudio de las ciencias*. Barcelona: Ariel, 1986.

Tradução de Jair Santana Moraes

José Joaquín Brunner Ried é sociólogo e professor-pesquisador da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO/Chile).